

URBANIZAÇÃO DIFUSA E CIDADE DISPERSA

Tomando-se como referência a longa duração, as mudanças observadas no processo de urbanização e nas cidades têm sido profundas, quando se observa as últimas décadas.

A proximidade espacial foi, desde a origem das cidades, uma das marcas dessa forma de assentamento humano. Entretanto, é evidente a tendência à dispersão dos tecidos urbanos, gerando a paradoxal combinação entre aumento absoluto e relativo da população urbana e diminuição da densidade urbana, seja tomando-se cada núcleo urbano em si, seja considerando-se as múltiplas formas e intensidades de aglomeração urbana.

Não é difícil constatar que esse espraiamento foi possível, em decorrência da ampliação das formas de transporte e sua combinação com as novas tecnologias de informação. Se esses avanços propiciaram mobilidade e fluidez espaciais, não está neles a explicação dos processos que engendram a constituição de formas urbanas dispersas.

É importante observar, de um lado, o aprofundamento dos interesses fundiários, imobiliários, industriais e financeiros que orientam a produção do espaço urbano, sob o modo capitalista de produção. De outro, é fundamental considerar que a urbanização da sociedade expressa e determina novas práticas socioespaciais que reafirmam essa dispersão, sob a forma de uma difusão urbana, que pode ser pensada: – em múltiplas escalas, da cidade à região, no âmbito da rede de cidades e entre redes de cidades; – como ampliação dos valores e práticas que orientam as visões de mundo que estão no substrato de nossas escolhas espaciais; – sob a perspectiva de articulação entre o rural e o urbano, tanto quanto interpenetração entre a cidade e o campo; – enquanto formas de uso do tempo e definição de temporalidades que se sobrepõem, combinam-se e entram em conflito.

Não é sem razão que inúmeros conceitos voltam em pauta, alterando-se seus conteúdos para tratar dessas mudanças, tanto quanto outras noções emer-

gem na expectativa de se compreender esse conjunto de profundas alterações, no que concerne aos processos e no que se refere às formas espaciais: suburbanização, periferização, periurbanização, exurbanização, ruralização, urbanização difusa, urbanização dispersa, difusão reticular, metrópoles, megalópoles, metápoles, regiões urbanas, cidades-região etc.

O tema proposto para esse número da revista CIDADES enseja, então, um amplo debate e possibilita o tratamento de questões relevantes para os diferentes campos científicos que se voltam à compreensão do mundo urbano no período atual:

Em que termos podemos discutir relações e contradições entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano?

As novas formas de assentamento humano, progressivamente mais dispersas, podem ainda ser conceituadas como cidade?

A centralidade traço indelével da cidade desdobra-se, implode ou seus conteúdos se redefinem a partir do espraiamento da cidade?

As práticas socioespaciais alteram-se, em função desse espraiamento e revelam a tendência de individuação que marca a sociedade contemporânea ou esses processos não dialogam entre si?

As novas formas de segmentação socioespacial concernentes a esse espraiamento geram aumento dos processos de segregação socioespacial? Em que medida determinariam processos mais complexos como o de fragmentação socioespacial?

Artigos, notas, críticas bibliográficas voltados a esse debate podem ser enviados até 31 de dezembro de 2012, para Maria Encarnação Beltrão Sposito, editora desse número temático de CIDADES, pelos endereços cidadesrevista@gmail.com e mepsposito@gmail.com.

CIDADE E REGIÃO

A cidade se torna objeto de investigação científica ainda no século XIX, quando sua configuração socioespacial passa por intensas transformações, à medida que o capitalismo vai se consolidando como modo de produção e de organização social dominantes, particularmente, na Europa e nos Estados Unidos da América. São clássicas as contribuições no campo da Sociologia de Marx e Engels, Weber e Durkheim sobre a cidade, seja no enfoque de lócus de reprodução do capital e da classe operária dos primeiros, seja na perspectiva de “tipo ideal” do segundo, ou de morfologia social deste último. Entretanto, é apenas com a conhecida Escola de Chicago que a cidade galga à condição de objeto de investigação *per se*. A reflexão em torno da ideia de Ecologia Humana, em analogia à Biologia evolucionista e seus conceitos de competição, posição, dominação e sucessão aplicados ao espaço interno das cidades de Park, Burgess e McKenzie, entre outros teóricos de Chicago, dão forma à Sociologia Urbana como disciplina especializada dedicada ao tema. A questão urbana, porém, não tarda a romper os limites do debate sociológico, ocupando o rol de interesses de pesquisa de estudiosos de outros campos disciplinares, tais como a Geografia. Houve mesmo a criação de novas disciplinas, entre as quais o Urbanismo, mobilizado pela demanda por soluções concretas para os problemas de estrutura e mobilidade urbanas decorrentes do acentuado crescimento das cidades ao longo do século XX, inclusive no mundo menos desenvolvido. O planejamento urbano prospera tanto como disciplina, como campo de enfrentamento dos problemas da cidade moderna.

A região, em contrapartida, inspira a curiosidade intelectual especialmente de dois campos disciplinares distintos – a Geografia e a Economia – a partir de preocupações e métodos distintos, embora igualmente sintonizados com o contexto de expansão de economias de mercado, crescentemente mundializadas tanto em termos de estruturas produtivas, quanto de fluxos de comércio. Esforços sistemáticos voltados para o desenvolvimento de modelos explicativos

para a compreensão das especificidades de frações do espaço geográfico, de um lado, e dos efeitos espaciais da expansão de cadeias produtivas e do comércio interregional e internacional, levam à construção – por diferentes caminhos – da Geografia e da Economia Regionais como novos campos de conhecimento. A busca de explicações para processos inusitados de desequilíbrios espaciais em termos de renda, população e produtividade também em curso em meados do século passado nos países industrializados igualmente atraem estudiosos destas duas novas disciplinas, ampliando seu foco e sofisticando seus métodos de análise, incorporando complexos conhecimentos matemáticos e computacionais.

Neste processo, região e cidade foram raramente articulados em um mesmo enfoque teórico-metodológico, em que pese sua estreita correlação. Espaços mais amplos que os limites da cidade são por estas polarizados concretamente em socioeconomias menos, tanto quanto naquelas mais desenvolvidas, malgrado suas especificidades, o que explica, inclusive, maior ou menor extensão geográfica da influência das cidades sobre suas regiões.

Uma tentativa apreciável de construção de uma interpretação do processo de produção do espaço que procurou observar a interdependência entre cidade e região foi certamente a conhecida Teoria dos Lugares Centrais, cujos pressupostos estáticos de observação do espaço produzido, entretanto, introduziram limites consideráveis à sua capacidade explicativa. Um outro esforço que merece menção é a noção de cidade-região proposta pela chamada escola californiana de estudos urbano-regionais, que também teve de enfrentar pesadas críticas. Apesar do reconhecimento da pertinência de abordagens que enfoquem integradamente região e cidade, problemas metodológicos, talvez mais que de natureza conceitual, levaram a investigação sobre a cidade a se voltar preponderantemente para a análise dos fenômenos intraurbanos. Simultaneamente, a região tornou-se objeto de interesse de leituras focadas em escalas mais amplas de análise sem preocupação com os espaços urbanos, distanciando-se os respectivos focos das distintas disciplinas, isolados um do outro, como mostra o debate da, atualmente, influente Nova Geografia Econômica.

Este número temático de CIDADES visa a contribuir para a reunião destes dois objetos de investigação de modo a abrir caminho para investigações que procurem superar esta dicotomia teórico-metodológica. Afinal, a cidade está inserida e influencia o dinamismo das regiões onde estão localizadas e vice-versa. Da mesma forma, não existe cidade sem uma região sobre a qual exerce

seu poder, como defendia o historiador Fernand Braudel com seus olhos atraídos pela perspectiva singular que o tempo longo propicia.

No período atual, quando a expansão geográfica de relações de mercado alcança espaços antes isolados, como compreendê-los sem a associação de cidades a regiões? Efeitos de dinâmicas externas (e longínquas) ao centro metropolitano não estariam alterando permanentemente os usos do espaço e o modo de vida nestes centros? Que novas regiões estariam se (re)produzindo mediadas por tipos inovadores de comunicação a distância? Que novos arcabouços conceituais a forte dinâmica de integração mundial de espaços geográficos dispersos demandaria para explicar as cidades e as regiões? Quais as possibilidades e limites de modelos quantitativos que se dedicam a compreender o espaço geográfico contemporâneo objetivando associar cidade e região? Quais as escalas de observação próprias para o estudo urbano-regional?

As propostas de artigos que se dediquem a discutir tais questões neste número especial de CIDADES (cidadesrevista@gmail.com) devem ser endereçadas a Jan Bitoun (jbitoun@terra.com.br), editor do número dedicado a este tema, ou a Maria Encarnação Beltrão Sposito (mepsposito@gmail.com), coordenadora editorial da revista, até 31 de janeiro de 2013.